



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXX PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2021.

Nº 3253



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Cleiton Cardoso (PTC)

2º Vice-Presidente: Léo Barbosa (SD)

1º Secretário: Dep. Jair Farias (MDB)

2º Secretário: Dep. Valdemar Júnior (MDB)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso – PTC
Claudia Lelis – PV - **Vice-Pres.**
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres – PSB - **Presidente**
Prof. Junior Geo – PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana – PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes - PR
Vilmar de Oliveira - SD

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB - **Presidente**
Issam Saado – PV - **Vice-Pres.**
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira – PCdoB
Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Cleiton Cardoso - PTC
Issam Saado - PV
Elenil da Penha - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP - **Presidente**
Zé Roberto Lula - PT
Jorge Frederico – MDB
Fabion Gomes – PR
Vanda Monteiro – PSL - **Vice-Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ricardo Ayres - PSB
Vilmar de Oliveira – SD

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado – PV - **Vice-Pres.**
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Léo Barbosa – SD - **Presidente**

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes – PR
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Amália Santana – PT
Nilton Franco – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Vanda Monteiro - PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ivory de Lira – PCdoB
Léo Barbosa – SD

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quartas-feiras, às 8h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP - **Presidente**
Issam Saado – PV
Eduardo Siqueira Campos – DEM
Ivory de Lira - PCdoB - **Vice-Pres.**
Vilmar de Oliveira – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Claudia Lelis – PV
Nilton Franco – MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Prof. Júnior Geo - PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana - PT
Jorge Frederico - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Léo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Claudia Lelis - PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Claudia Lelis – PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes - PR
Prof. Júnior Geo - PROS

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Claudia Lelis – PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Léo Barbosa – SD

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Nilton Franco - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres - SD

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da

Diretoria de Documentação e Informação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 558/2021

Declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Kolping Santa Terezinha do Bico do Papagaio, com sede no Município de Esperantina, Estado do Tocantins.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Comunidade Kolping Santa Terezinha do Bico do Papagaio**, inscrita sob o CNPJ nº 07.102.126/0001-16, com sede no Município de Esperantina, no Estado do Tocantins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Associação Comunidade Kolping Santa Terezinha do Bico do Papagaio é uma entidade civil que tem por objetivo a promoção integral do homem e da mulher, principalmente do trabalhador e da trabalhadora, mediante assessoramento, defesa e garantia de direitos, programas e/ou projetos de ação e formação nas áreas: religiosa, de profissionalização e geração de renda, social, familiar, educacional, cultural, recreativa, esportiva, de turismo e de meio ambiente, visando a melhor participação na família, no trabalho e na sociedade.

Fundada em 25 de janeiro de 2004, com sede no Município de Esperantina/TO, a Associação Comunidade Kolping Santa Terezinha do Bico do Papagaio é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter privado e natureza filantrópica e beneficente, atua prioritariamente no âmbito da assistência social, como também nas áreas da saúde e educação.

Além disso, desenvolve atividades sem discriminação de raça, sexo, cor, credo político ou religioso, condição social, caráter ou vinculação político-partidária. Também presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação quanto a seus beneficiários e a quem deles necessitar, na área da Assistência Social. Além disso, a entidade está em pleno funcionamento e desde sua fundação mostra-se ativa, contribuindo com a comunidade.

Nestes termos, fundado nos relevantes serviços que esta Entidade vem prestando à sociedade, submeto à consideração do Plenário desta Casa Legislativa a presente Proposição e conto com o apoio dos meus ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei, por se tratar de medida de relevante interesse social.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2021.

FABION GOMES

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

24 de agosto de 2021

Ata da Octagésima Sétima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital,

em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdevez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estava ausente o Senhor Deputado Fabion Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 484/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição do uso e comercialização de coleira de choque em cães no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 485/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “atribui o nome ao prédio da Cidade da Polícia Civil, em Palmas/TO”; Projeto de Lei número 491/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui Dia do Herói Policial Militar do Estado do Tocantins, a ser comemorado anualmente no dia 15 de setembro”; Projeto de Lei número 492/2021, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer”; Projeto de Lei número 493/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a presença obrigatória de profissionais de salvamento aquático nas áreas de lazer públicas e privadas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 494/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “determina o pagamento de todas as despesas com tratamento de animais vítimas de maus tratos pelos agressores e dá outras providências”; e Projeto de Lei número 495/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera dispositivo da Lei número 1.959, de 14 de agosto de 2008, que “dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 496, 497, 498 e 499/2021, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 500/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 501 e 502/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 503/2021, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e 504/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.681 a 1.705. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 500/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números: 1.276, 1.579, 1.599, 1.640, 1.641 e 1.691, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 1.195, 1.221, 1.222, 1.237, 1.370, 1.406, 1.407, 1.408, 1.409, 1.410, 1.540, 1.595, 1.596, 1.597 e 1.598, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 1.084, 1.085, 1.086, 1.087, 1.088, 1.282, 1.313, 1.473, 1.474, 1.476, 1.477, 1.478, 1.496, 1.497, 1.498, 1.499, 1.500, 1.501, 1.502, 1.503, 1.701 e 1.702, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 1.068, 1.070, 1.071, 1.072, 1.101, 1.181, 1.184, 1.244, 1.249, 1.272, 1.273, 1.274, 1.275, 1.289, 1.290, 1.291, 1.314, 1.315, 1.316, 1.365, 1.366,

1.383, 1.384, 1.385, 1.435, 1.436, 1.437, 1.438, 1.439, 1.484, 1.525, 1.526, 1.594, 1.626, 1.663 e 1.685, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 1.299, 1.300, 1.329, 1.376, 1.694, 1.231, 1.232, 1.233, 1.242 e 1.695, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 1.189, 1.190, 1.214, 1.215, 1.216, 1.217, 1.262, 1.064, 1.065, 1.066, 1.186, 1.187, 1.188, 1.189, 1.190, 1.214, 1.215, 1.216, 1.217, 1.235 e 1.262, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 1.063, 1.490, 1.491, 1.492, 1.493, 1.618 e 1.619, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco; 1.092, 1.191, 1.192, 1.193, 1.194, 1.358, 1.649 e 1.650, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; 1.144, 1.145, 1.146, 1.147, 1.298, 1.382, 1.631, 1.632, 1.633, 1.634, 1.635, 1.636 e 1.637, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 1.661, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes; 1.286 e 1.403, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 1.516, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 1.592, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; 1.593, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana; e 1.148, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, os quais foram aprovados. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha e Professor Júnior Geo. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, reabrindo-a às dezoito horas e quatro minutos. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha, Ricardo Ayres e Professor Júnior Geo. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 9ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária

10 de agosto de 2021

**Republicada para correção.*

Às quatorze horas do dia dez de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Presidente, Deputado Ricardo Ayres, secretariado pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Estavam presentes os Senhores Deputados Jorge Frederico, Prof. Júnior Geo, Olyntho Neto, Ricardo Ayres e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Estava ausente o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Não havendo Expedientes, o Senhor Presidente leu o Despacho determinando o apensamento do Projeto de Lei 462/2021, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a prioridade para vacinação contra a Covid-19 (novo Coronavírus) aos trabalhadores industriais” ao Projeto de Lei 302/2021, de autoria do Deputado Fabion Gomes, onde “os professores terão prioridade em receber as vacinas destinadas a imunizar a população do Estado do Tocantins contra a infecção

causada pelo novo Coronavírus”, avocando a renomeação de sua relatoria e, também, do Projeto de Lei 52/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “garante atendimento prioritário ao diabético em toda rede pública e privada de saúde do Estado do Tocantins, durante realização de exames que exijam jejum total”. Em seguida, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator dos Projetos de Leis 468/2021, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação das Associações e Entidades Rurais do Tocantins (Matriz e Filiais) - Faerto; 470/2021, que “altera a Lei nº 3.458, de 17 de abril de 2019, que “dispõe sobre o ingresso nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”; do Projeto de Resolução 7/2021, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, para o fim de alterar os seus arts. 22, 24, 30, 41 e 175, e acrescentar-lhe o art. 182-A, bem como o art. 115 ao seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de revisar a repartição de competências da Federação, atribuindo aos Estados Federados maior autonomia regulatória”; e do Projeto de Lei Complementar 2/2021, de autoria do Governador, que “altera o art. 22 da Lei Complementar 45, de 3 de abril de 2006, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins”; e ainda foi renomeado relator do Processo 408/2019, de autoria do Deputado Delegado Rérisson, que “cria a Política de Atendimento às Gestantes do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado Jorge Frederico foi nomeado relator dos Projetos de Leis 469/2021 de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de Agricultura Familiar do Entorno de Palmas – Aprafep”; 478/2021, de autoria do Deputado Fabion Gomes, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Tocantinópolis, Dom Giovane Pereira de Melo”; do Projeto de Lei Complementar 2/2021 de autoria do Tribunal de Justiça, que “altera a Lei Complementar 112, de 30 de abril de 2018, que “dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins”; do Decreto de Calamidade Pública do município de Santa Terezinha; e ainda, foi renomeado relator do Projeto de Lei 22/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a inclusão de informações sobre os sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na carteira de vacinação e dá outras providências”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator dos Projetos de Leis 472/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Beneficente Mulheres em Ação”; 476/2021, de autoria do Deputado Elenil da Penha que “dispõe sobre a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado do Tocantins”; e da Medida Provisória 13/2021, de autoria do Governador Estado, que “dispõe sobre o Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-Fundeb/TO e adota outras providências”. A Deputada Claudia Lelis foi nomeada relatora dos Projetos de Leis 474/2021, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres no âmbito do Estado do Tocantins”; 477/2021, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública a Associação Instituto Bela Vista Futebol Cachoeirense no Município de Cachoeirinha/TO”; da Proposta de Emenda Constitucional 5/2021, de autoria do

Deputado Ricardo Ayres, que “acrescenta o § 3º ao art. 134-A da Constituição do Estado do Tocantins”; e do Decreto de Estado de Calamidade Pública do município de Carrasco Bonito; e, ainda, foi renomeada relatora do Projeto de Lei 177/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a suspensão do desconto salarial de empréstimo consignado em folha de pagamento durante o Estado de Calamidade Pública de que trata o Decreto Legislativo 176, de 24 de março de 2020”. Logo após, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu o Processo de 464/2019, de autoria do Deputado Ivan Vaqueiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Idosos, Grupo Renascer - AAIGR, de Ponte Alta do Tocantins”. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Projetos de Leis 222/2020, que “institui o serviço de denúncia de violência contra a mulher por meio do aplicativo WhatsApp, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 450/2021, de autoria do Deputado Prof. Júnior Geo, que “proíbe a aquisição de artigos de luxo por meio de licitação e dá outras providências”; 467/2021, de autoria da Deputada Amália Santana, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins - Facomto”; sendo os três de relatoria do Deputado Cleiton Cardoso; 363/2021, de autoria do Deputado Antonio Andrade, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da matéria jurídica formadora de cidadania, pertinente ao núcleo integrador dos Direitos Fundamentais Individuais e Sociais, nas séries compreendidas pelo ensino fundamental, na forma de Disciplina Especial, com abrangência em todas as escolas públicas e privadas da rede estadual de ensino”; que estava com vista e relatado com vistas, do Deputado Professor Júnior Geo, e, ainda, devolveu de sua relatoria o Decreto de Estado Calamidade Pública 6072/2020, de autoria do Governador do Estado, que “declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela Covid-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0 e adota outras providências”. O Deputado Jorge Frederico devolveu o Decreto de Estado de Calamidade Pública do município de Colméia. A Deputada Claudia Lelis devolveu os Projetos de Leis 409/2021 e seus apensos, de autoria da Deputada Luana Ribeiro e seus coautores, que “institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu”, de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso a absorventes higiênicos e dá providências correlatas; 425/2021, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece que todo tipo de trabalho lícito que traga sustento seja essencial, no âmbito do Estado do Tocantins; 433/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a disponibilização obrigatória de número de telefone nas placas sinalizadoras para que os usuários de vagas especiais possam fazer denúncias de ocupação indevida, no âmbito do Estado de Tocantins e dá outras providências”; 461/2021, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a distribuição de absorventes higiênicos em espaços públicos no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos relatores das respectivas matérias. O Processo 464/2019 teve seu parecer aprovado e encaminhado ao Plenário. Os Decretos de Estado de Calamidade Pública do Estado do Tocantins e do município de Colméia tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização, Tributação e Controle. Os Projetos de Leis 222/2020 e 450/2021 tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO 9ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária

17 de agosto de 2021

Às quatorze horas do dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, o Senhor Presidente, Deputado Ricardo Ayres, secretariado pelo Senhor Deputado Prof. Júnior Geo, declarou aberta a Reunião, com a presença dos Senhores Deputados Jorge Frederico, Prof. Júnior Geo, Ricardo Ayres e a Senhora Deputada Amália Santana. Estavam ausentes o Senhor Deputado Cleiton Cardoso e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Iniciados os trabalhos, o Deputado Zé Roberto Lula apresentou o Requerimento 1/2021, que requeria ao Excelentíssimo Presidente desta Comissão, Deputado Ricardo Ayres, a realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa, no dia dezanove de agosto do ano em curso e convidava o Senhor Claudinei Quaresemim, secretário e presidente do Conselho de Parcerias e Investimentos, para discutir o conteúdo do Projeto de Lei 5, de 7 de junho de 2021, que ‘autoriza as concessões e demais espécies de parcerias público-privadas das unidades de conservação do Tocantins e áreas adjacentes e adota outras providências’” e, em seguida, foram lidas e aprovadas as Atas das Reuniões anteriores. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria da Mensagem de Veto 39/2021, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei 23, de 13 de julho de 2021, que ‘dispõe sobre a implementação do sistema de transparência para o rastreamento das doses e identificação da população vacinada no Estado do Tocantins’”; e do Projeto de Lei 481/2021, de autoria do Deputado Issam Saado, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação de óbitos ao Tribunal Regional Eleitoral e ao órgão de identificação do Estado”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator do Projeto de Lei 482/2021, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Moisés Vive, entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Miracema do Tocantins - TO”; e do Decreto de Estado de Calamidade Pública do município de Colinas. O Deputado Jorge Frederico foi nomeado relator do Projeto de Lei 480/2021, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “institui a campanha Cuidando dos Idosos Órfãos de Filhos Vivos para a orientação e conscientização sobre o cuidado aos idosos e as consequências de seu abandono, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e do Decreto de Estado de Calamidade Pública do município de Ipueiras. O Deputado Prof. Júnior Geo foi nomeado relator do Projeto de Lei 479/2021, de autoria do Deputado Issam Saado, que “institui o cadastro facultativo para orientações sobre a segunda dose da vacinação contra a Covid-19, no âmbito do Estado do Tocantins”; e do Decreto de Estado de Calamidade Pública do município de Cachoeirinha. A Deputada Claudia Lelis foi nomeada relatora da Mensagem de Veto 40/2021, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei 25, de 13 de julho de 2021, que dispõe sobre a proibição às concessionárias prestadoras de serviços de fornecimento de água e energia elétrica de suspenderem os serviços enquanto durar o Estado de Calamidade Pública declarado no Estado”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu o Projeto de Lei Complementar 1/2020, de autoria do Tribunal de Justiça, que “altera o inciso 2 do art. 3º da Lei 2098, de 13 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação temporária de pessoal no serviço

público no Poder Judiciário e adota outras providências”; e os Projetos de Leis 52/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “garante atendimento prioritário ao diabético em toda rede pública e privada de saúde do Estado do Tocantins, durante a realização de exames que exijam jejum total”; 221/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “autoriza o traslado de animais domésticos de pequeno porte nos transportes coletivos intermunicipais, no âmbito do Estado do Tocantins”; 302/2020, de autoria do Deputado Fabion Gomes, onde “os professores terão prioridade em receber as vacinas destinadas a imunizar a população do Estado do Tocantins contra a infecção causada pelo novo Coronavírus”; 390/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “cria o programa Ageto+ com objetivo de incentivo aos usuários na coleta de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 407/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a classificação da Surdez Unilateral como deficiência auditiva no âmbito do Estado do Tocantins”; e 410/2021, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a “Campanha Estadual de Conscientização da Apraxia de Fala na Infância - AFI” e dá outras providências”. O Deputado Jorge Frederico devolveu os Projetos de Leis 218/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 288/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Jovens Empresários e Empreendedores do Tocantins- Ajee-TO”; 356/2021, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a Política Estadual de Proteção à Fauna Silvestre e dá outras providências”; 366/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, a criação do Programa Estadual de Assistência Móvel à Saúde, com medidas de combate à Covid-19”; 367/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas durante as situações de emergência pública, como quarentena e/ou lockdown, relativas à suspensão da cobrança para os profissionais de saúde pública de tarifas de transporte público coletivo de passageiros, em todas as suas modalidades, operados por empresas públicas ou privadas”; 368/2021, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre as políticas de diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno Espectro Autista (TEA) no Estado do Tocantins”; 388/2021, de autoria da Deputada Claudia Lelis, que “institui a Estrada Parque Palmas-Lajeado, na TO-010, no trecho de 54 km que liga o município de Lajeado-TO à capital Palmas-TO”; 393/2021, de autoria do Deputado Fabion Gomes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de testes de triagem neonatal na modalidade ampliada nos hospitais e maternidades do Estado do Tocantins”; 399/2021, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana de Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e Transtorno Opositivo-Desafiador - TOD, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 412/2021, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, onde “o Poder Executivo deverá implantar a Sala Lilás nos Núcleos Regionais de Polícia Técnico-Científica, na forma que menciona”; 422/2021, de autoria do Deputado Issam Saado, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose”; 443/2021, de autoria da Deputada Claudia Lelis, que “institui o “Agosto Cinza” como Mês Estadual de Conscientização do Cidadão no Combate aos Incêndios e Queimadas no âmbito do Estado do Tocantins, e dá

outras providências”; 452/2021, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “denomina “Cel. Janilson Veras Barbosa” o Centro Olímpico da Polícia Militar em Palmas - TO”; 456/2021, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “altera dispositivo da Lei 1.695, de 13 de junho de 2016, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal aos complexos agroindustriais nas operações que especifica e adota outras providências”; e 466/2021, de autoria da Deputada Amália Santana, que “concede Título de Cidadã Tocantinense a Maria José Alves Cotrim”, sendo que, também, devolveu o Projeto de Lei 219/2020, que estava com vistas, sem parecer de vistas. O Deputado Prof. Júnior Geo devolveu os Projetos de Leis 460/2021, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias de instalar e manter banheiros sanitários nas áreas de atendimento por caixas eletrônicos nas agências”; 463/2021, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a comunicação dos Cartórios de Registro Civil, hospitais e maternidades à Polícia Civil, da realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 anos”; e 473/2021, de autoria da Deputada Valderes Castelo Branco, que “estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais e Maternidades públicas e privadas do Estado do Tocantins a prestarem aos pais e responsáveis, treinamento e capacitação sobre primeiros socorros em casos de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascidos”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos relatores das respectivas matérias. O Projeto de Lei 288/2020 teve seu parecer aprovado e encaminhado ao Plenário. Os Projetos de Leis 218/2020, 368/2021, 393/2021, 221/2020 e 410/2021 tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização, Tributação e Controle, sendo que o Projeto de Lei 221/2020 foi aprovado com emenda supressiva; e o Projeto de Lei 410/2021 foi aprovado com substitutivo, ambos apresentados pelo relator, Deputado Ricardo Ayres. Os Projetos de Leis 399/2021, 422/2021, 443/2021, 452/2021 e 466/2021 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sendo que o Projeto de Lei 399/2021 foi aprovado com emenda modificativa; e os Projetos de Leis 443/2021 e 452/2021 foram aprovados com substitutivos, todos de autoria do relator, Deputado Jorge Frederico. Os Projetos de Leis 52/2020 e o Projeto de Lei Complementar 1/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, foram encaminhados à Procuradoria Jurídica deste Poder, para apreciação e parecer jurídico. Os Projetos de Leis 219/2020, 302/2020, 356/2021, 366/2021, 367/2021, 388/2021, 390/2021, 407/2021, 412/2021, 456/2021, 460/2021, 463/2021 e 473/2021 tiveram seus pareceres aprovados e encaminhados ao Arquivo e, após o Deputado Prof. Júnior Geo apresentar o Requerimento 2/2021, que requeria ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa de Leis, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 5, de 07 de junho de 2021, que autorizava a concessão e demais parcerias público-privadas das Unidades de Conservação do Parque Estadual do Jalapão, do Parque Estadual do Cantão, do Parque Estadual do Lajeado e do Monumento natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins e, em seguida, o Senhor Presidente determinou o apensamento do Requerimento 2/2021 ao 1/2021 e colocou em votação, ficando aprovada a realização de Audiência Pública no dia dezanove de agosto do ano em curso, às nove horas. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Léo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)